

Ameaça ao Congresso

O Congresso Nacional está diante de grave dilema: restaurar a antiga dignidade da sua Comissão de Orçamento ou permitir que ela continue funcionando sob o signo do fisiologismo e do abastardamento, numa época em que os políticos brasileiros sofrem as consequências de severo julgamento por parte da opinião pública, particularmente no que diz respeito aos padrões vigentes de comportamento ético.

Nos vinte e poucos anos de autoritarismo, a Comissão de Orçamento perdeu a importância que tinha antes do golpe de 64. Enquanto os parlamentares perdiam o direito de emendar o Orçamento e até de apresentar qualquer emenda que gerasse despesas — a própria fonte de poder e origem dos parlamentos democráticos — a Comissão era relegada a um funcionamento nos subterrâneos do Congresso.

Seu papel, durante todo esse tempo, foi de órgão meramente homologador das propostas orçamentárias que o Poder Executivo enviava para o Congresso, sem o direito de sugerir qualquer alteração. Os políticos que se revezaram, nesse período, na direção desse órgão, como presidente e relator, apenas disputavam os resíduos do faustoso poder de outrora, especializando-se em distribuir entre privilegiados de um grupo, as migalhas que o regime autoritário ainda lhes dispensava, como prêmio de bom comportamento.

Com o advento da Nova República, instalada a Constituinte, restabeleceu-se, como era legítimo esperar, o poder de emenda dos parlamentares à proposta orçamentária, mas a Comissão de Orçamento conti-

nuou atuando dentro dos velhos princípios do autoritarismo, ignorando os ventos de mudança soprados pela redemocratização do País e a restauração do poder civil.

Presidência e Relatório Geral eram divididas ultimamente entre o senador Saldanha Derzi, do PMDB, e o deputado João Alves, do PFL. De tal forma que a bancada do PMDB na Câmara ficou privada da oportunidade de deter posição de importância tão estratégica na própria afirmação do Poder Legislativo. Os novos líderes do PMDB na Câmara e Senado, Ibsen Pinheiro e Ronan Tito, resolveram romper com esse círculo vicioso.

Rompem o acordo, insistindo na necessidade de conferir a um deputado respeitado e representativo do PMDB, Cid Carvalho, um dos vice-líderes do partido, a presidência, admitindo entregar a relatoria geral ao segundo partido, o PFL. O deputado João Alves não aceita. O PFL dá-lhe cobertura, certo de que defende os interesses do partido.

O conflito está declarado. Duas reuniões da Comissão para eleger seus dirigentes já foram adiadas, procurando-se abrir espaço no tempo para consolidar a posição de Cid Carvalho, que se confunde com a restauração da dignidade da instituição. Diante dos novos poderes conferidos pela futura Constituição à Comissão de Orçamento no julgamento da Lei de Meios, a maioria dos congressistas só tem um caminho: o de restabelecer padrões éticos de comportamento na condução de órgão de importância capital na vida da Nação.